

Protocolo Comunitário Biocultural **da Comunidade Quilombola** **e Apanhadora de Flores** **Sempre-Vivas Raiz**



Anciãs e anciões
da comunidade

Protocolo Comunitário Biocultural da Comunidade Quilombola e Apanhadora de Flores Sempre-Vivas Raiz

Realização:

Comunidade quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas de Raiz
Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas Apanhadoras de Flores Sempre-vivas (Codecex)

Revisão:

Silmara Xavier

Projeto Gráfico:

Sintática Comunicação

Fotos:

Arquivo da Codecex

Assessoria:

Terra de Direitos

Apoio:

Heks

Pão para o Mundo

Forest & Communities Initiative

Email para contato:

codecex@hotmail.com

Outubro - 2025



SUMÁRIO

Apresentação	04
O que é um Protocolo Comunitário Biocultural?	06
Como o Protocolo foi elaborado?	07
O que são pactos ou acordos comunitários?	08
Quem somos e onde estamos?	09
Organização social e identidade	11
Nosso Sistema Agrícola: a gente zela por ele e ele cuida de nós	13
Tudo tem um nome: classificações nativas, as terras, ambientes e seus usos	13
Transformações recentes: alterações no sistema agrícola, operando com escassez de recursos	15
O que nos ameaça e o que queremos?	17
Nossos pactos comunitários	17
Pactos comunitários do Quilombo de Raiz	18
Quais documentos e leis tratam de Protocolo Biocultural	30
Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)	30
Lei nº 13.123/2015	31
O território, nossos conhecimentos tradicionais, nossa vida	33

APRESENTAÇÃO

As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço são guardiãs da biodiversidade, dos campos, das águas, numa relação de reciprocidade. “Somos parte da Serra e a Serra é parte da gente”, no dizer das comunidades.

Localizadas na porção meridional da Serra do Espinhaço (MG), as comunidades foram reconhecidas como Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) e como Patrimônio Cultural de Minas Gerais pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), pela importância agrícola e ambiental, cultural do seu sistema tradicional e modos de vida sustentáveis. Seus saberes e práticas permitem a conservação dos recursos genéticos e do bioma Cerrado. Suas práticas produtivas combinam a panha de flores sempre-vivas, o artesanato do capim dourado, o extrativismo de recursos vegetais variados, com o cultivo de quintais, roçados e criação de gado.

A existência do sistema de manejo dos recursos naturais nas comunidades tradicionais é marcada pelo respeito aos ciclos naturais, pela capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas. Esse modo tradicional de manejo valoriza a existência de vastos conhecimentos adquiridos pela tradição, transmitida de uma geração à outra principalmente pela oralidade e com uso de símbolos que levam à manutenção e preservação da natureza. Esses conhecimentos englobam um patrimônio histórico-cultural milenar, de curiosa observação da natureza.

É desde o território que constrói-se a autoidentificação coletiva como guardiões e guardiãs do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados.

Os saberes sobre os potenciais de plantas, frutos, folhas, manejos e inovações descobertos e perpassados pelos seus antepassados passam a ser incorporados e guardados pelas famílias no tratamento de doenças e promoção da saúde, no manejo da roça, cultivo e trocas entre as famílias e comunidades nos territórios, tornando-se essenciais para seus modos de vida e para a proteção da biodiversidade.

É justamente os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais um dos mais fortes interesses do capitalismo global para o avanço na produção de mercadorias, e não rara muitas vezes essas mercadorias são frutos da biopirataria.



O QUE É UM PROTOCOLO COMUNITÁRIO BIOCULTURAL?

O Protocolo Comunitário Biocultural é um documento construído de forma autônoma pelas comunidades e povos tradicionais detentores de conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e práticas de manejo dos recursos naturais nos territórios de forma a atualizar e fortalecer os acordos comunitários.

O Protocolo Comunitário Biocultural tem como objetivo central fortalecer a autodeterminação das comunidades tradicionais na gestão de seus territórios, conhecimentos e práticas. Assim como servir como instrumento de defesa contra a biopirataria, a apropriação indevida de saberes tradicionais e a exploração de recursos sem consentimento livre, prévio e informado. E ainda ser um instrumento político para o reconhecimento do direito costumeiro e para garantia da continuidade, no tempo e no território, de práticas tradicionais de uso sustentável da biodiversidade, dos solos e das águas.

Os direitos costumeiros (os direitos sobre comportamentos, práticas e tradições da comunidade que se tornaram hábitos) estão presentes nos acordos e pactos subentendidos. Ou seja, estas práticas comunitárias não estão escritas num livro, num documento ou foi falado para toda a comunidade, mas a comunidade entende quais práticas, hábitos e comportamentos são esses e os repetem. É na convivência entre as diferentes gerações e na socialização no interior das famílias e da comunidade que são transmitidos valores, normas de convivência e as boas práticas produtivas.

Assim, esses protocolos são instrumentos legítimos e juridicamente válidos pois se ancoram no direito à proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à autodeterminação.



Como o Protocolo foi elaborado?

A metodologia de elaboração seguiu os princípios de autodeterminação definidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e se fundamentou numa abordagem etnográfica da comunidade, por meio de um processo de diálogo estabelecido com os guardiões da memória e pelas tradições orais transmitidas por gerações.

Com o consentimento/aprovação da comunidade, a entrada em campo se deu a partir da equipe da Codecex. Para preparar a comunidade, começamos com oficinas de formação sobre protocolos bioculturais para compreensão de seus objetivos e passos de sua construção.

Em seguida foram feitas entrevistas e visitas a pessoas indicadas pelo Quilombo de Raiz, com realização de percursos pelos vários ambientes do território zelados pelas famílias. Nessa etapa, foram utilizadas as ferramentas de diálogo do Diagnóstico Rural Participativo, como mapas, travessias, diagramas e construída a genealogia do Quilombo Raiz. Estas ferramentas permitiram uma compreensão da história, da territorialidade, bem como da identidade, do modo de vida, das práticas de manejo e aprendizados transmitidos entre as sucessivas gerações.

Assim, tivemos a etapa preparatória, a de construção do conhecimento a partir de ferramentas dialógicas e, pôr fim, a construção e validação dos pactos ou acordos comunitários respeitando-se o processo coletivo de diálogo e decisão, com a participação de pessoas idosas, mulheres, homens, jovens e crianças, em plenárias, onde todos tiveram igual direito de voz e de voto.

Para a construção dos acordos foram considerados as práticas comunitárias de manejo da biodiversidade, das águas e dos solos, para a conservação do território e do conhecimento tradicional, bem como a boa convivência e harmonia no Quilombo e o terceiro momento, quando foram feitas a revisão e validação do protocolo.

A comunidade espera que o Protocolo Biocultural de Raiz apoie a consolidação do trabalho desenvolvido e, acima de tudo, e, sobretudo, reforce a articulação com os aliados estratégicos ligados aos processos de defesa do território. O Protocolo poderá sofrer ajustes ou modificações ao longo do tempo, de acordo com as necessidades da comunidade.

O que são pactos ou acordos comunitários?



Os pactos comunitários são combinados/regras definidas pela comunidade e que servem para orientar a organização interna da comunidade e a relação com agentes externos. Por isso, os pactos devem ser respeitados internamente, pela própria comunidade, e externamente, por todos os sujeitos (públicos e privados).

Os pactos e acordos se referem aos usos e costumes que a comunidade reproduz há muito tempo, de geração em geração. Isto é, ao direito ancestral da comunidade, além de combinados atuais, e medidas para o futuro, que a comunidade quer perseguir e alcançar.

Esses pactos possuem amparo na legislação internacional e nacional, sobretudo no Código Civil de 2002, por se tratar de contratos verbais. Eles podem ser revistos e modificados em qualquer momento, por decisão coletiva da comunidade.



QUEM SOMOS E ONDE ESTAMOS?



***Nós somos um Quilombo formado nestas Serras.
Nossa comunidade é intensa, viva, em movimento.***

O Quilombo de Raiz fica na Serra do Espinhaço, porção meridional, no município Presidente Kubitscheck (antigo Tijucal) a 21 km de distância do Serro e 62 km de Diamantina. O Quilombo foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2015. Dividimos, compartilhamos quintais, cozinhas e temos um modo próprio de criar os filhos e as filhas. Cada casa reúne, em volta do fogão de lenha, pais, filhos, irmãos, netos, avós, cunhados, genros, noras.

O modo de vida que levamos tem no prazer da convivência familiar a sua afirmação. Estar junto e fazer junto as práticas tradicionais como o artesanato, a *panha* de flor, da lenha, ou do esterco para os quintais é uma alegria.

“...meus irmãos que saíram, eles falam em querer voltar, eles falam que por melhor que esteja lá fora, aqui eles se sentem melhor... Aqui tá todo mundo mais junto. Se tiver alguém passando alguma necessidade, todo mundo ajuda.”

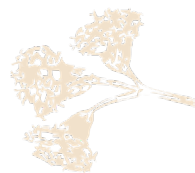
No levantamento da descendência de Pai velho e Mãe velha, nossos ancestrais, foram nomeadas mais de 130 pessoas que, na sua maioria, moram na comunidade. Somados com os ancestrais já falecidos, chegamos a 230 nomes. O casamento entre primos é um costume na comunidade, são 17 casamentos. Desse modo, o casamento entre primos faz da comunidade Raiz uma comunidade de parentes e de relações de afeto, cuidado e respeito. Da mesma forma em relação aos cuidados com a saúde e com a doença, “o sofrimento de um, é sofrimento de todos”. Há muita solidariedade entre os membros da família, na atenção com os enfermos.

A história da nossa comunidade, da nossa caminhada, constitui uma forma de expressão e transmissão do saber. **Os conhecimentos tradicionais e habilidades desenvolvidas para enfrentar a escassez de alimentos e recursos, e produzir a vida com autonomia, faz parte do que somos.**

O sentimento de diferenciação social, antes imposto pelo preconceito nas relações com o entorno, foram modificados num processo de auto reconhecimento, de valorização do modo de vida, das práticas e dos conhecimentos tradicionais, da religiosidade e do artesanato. Também através da luta política pelo reconhecimento como quilombo, pela busca de direitos coletivos, pelo acesso a políticas públicas e melhorias do nosso lugar. O que provocou a inserção de membros em espaços políticos municipais, coletivos quilombolas, na universidade e junto a Codecex.



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE



Quilombo família expandida, religiosidade e artesanato.

A base da nossa identidade e organização social está no parentesco e na convivência próxima entre as famílias, no manejo dos diferentes ambientes do território, na confecção de artesanato com hastes do capim dourado (sedinha), na adesão à doutrina religiosa da Igreja Congregação Cristã do Brasil e ao movimento dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

A vivência cotidiana da religiosidade tem dimensões importantes para a nossa comunidade na sua organização social. Os valores de solidariedade, a ajuda mútua encontra expressão nos ministérios da Igreja, que acrescentou ainda conhecimentos de música sacra. Temos muitos moradores, incluindo jovens e crianças, que estudam e dominam técnicas e instrumentos musicais de sopro, corda, percussão e canto. Alguns são instrutores e repassam os conhecimentos musicais às crianças.

O nosso Quilombo aprimorou também o gosto pelo artesanato, com artesãos e artesãs de 8 aos 80 anos. Realizado em pequenos grupos, o ato de tecer pode ser feito em qualquer lugar pela gente. O artesanato tem relação com este “fazer caprichoso, este zelo, este gosto”, incentivado pelo reconhecimento que vem obtendo da sociedade. Esta prática feita a partir do que o cerrado oferece, trouxe para nós conhecimentos e habilidades para trabalhar as fibras, madeiras, flores sempre-vivas e frutos secos.

Hoje o artesanato é praticado por todas as gerações e foi uma alternativa para driblar a redução do território e preserva as plantas. A renda é considerada significativa, sobretudo para as mulheres, porque traz autonomia e causa impacto na economia doméstica. A comunidade cria peças diferentes e produtos novos e já tem um local para comercializar nosso rico artesanato no centro da comunidade.

A comunidade também possui uma língua própria, originada e repassada a partir de seus ancestrais e que só pode ser ensinada para os descendentes de pai velho e mãe velha.

Os conhecimentos gerados a partir do momento em que nos reconhecemos como quilombo geraram formas de se posicionar e afirmar direitos, e de não se submeter a situações de rebaixamento social. A comunidade desenvolveu um processo de mobilização e formação interna, de forma que a juventude sabe se defender do racismo. Ao mesmo tempo, em que os mais velhos têm valores fortes de aceitação e humildade que são respeitados pela juventude, compreendendo a afirmação de si como sujeito de direitos.

Esta característica da nossa comunidade, de ter fortes relações internas, traz preocupações em relação à formação dos jovens e ao futuro da comunidade. Refletimos sobre como criar condições de permanência da juventude na comunidade e, ao mesmo tempo, permitir que tenham oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e talentos, por meio do acesso ao estudo, trabalho, religião, música. E assim, estudar formas de garantir que a comunidade tenha diferentes profissionais disponíveis para o atendimento de suas demandas, de forma solidária e sustentável. A comunidade tem a sua dinâmica própria de interação entre jovens, crianças, adultos e os guardiões desta **memória biocultural**. Compartilhamos, entre nós conhecimentos tradicionais que se constroem a partir da relação que temos com o nosso território e com as memórias da nossa comunidade. O engajamento junto à luta dos povos e comunidades tradicionais, à Codecex e os movimentos quilombolas tem sido uma base de referência e de aprendizados.



NOSSO SISTEMA AGRÍCOLA:

A gente zela por ele e ele cuida de nós

O Protocolo Biocultural nos permitiu compreender a construção de um sistema de conhecimentos e de adaptação aos diferentes ambientes. Um sistema agrícola moldado na transmissão, de uma geração para a outra, de saberes, de sementes e mudas, de aprendizados relacionados as plantas da Serra, ao clima, aos solos e a necessidade de produzir os recursos para manutenção da vida.

O processo de elaboração do Protocolo nos permitiu refazer os laços com os vínculos ancestrais com este modo de vida, com este lugar, como as práticas tradicionais e com um patrimônio cultural herdado dos nossos antepassados.

Tudo tem um nome: classificações nativas, as terras, ambientes e seus usos

No sistema de conhecimento que orienta as práticas tradicionais de Raiz, as terras de cultura, também chamadas de terras de planta, são classificadas em três tipos: *terra de areia*, *terra de massapé* e *terra vermelha*.

A *terra de areia* está localizada nos quintais, ela é preta e arenosa e gasta-se mais água para cultivá-la. A *terra de areia* é terra de cultura também, mas precisa adular ela mais do que outras terras. Ela é mais ácida e para cultivá-la é preciso usar muito esterco porque o adubo rende pouco. Você põe na terra e logo o adubo some.



A *terra massapé* aparece em manchas, ela é melhor que a terra de areia. Pode ser encontrada do outro lado do rio e tem como característica ser clara, liguenta, pode ser meia barrenta. Para mandioca, a massapé é a terra melhor.

A *terra vermelha* é uma terra mais forte, permite uma variedade maior de cultura, é boa para milho, feijão, batata, banana, cana, mas não é boa para mandioca. A terra vermelha pode ser encontrada na *Leonora*, nas *Coivara* e na *Capoeira Grande*.

Em relação aos ambientes o sistema de conhecimento nomina e diferencia *brejos*, *vargens*, *morro*, *alto do morro*, *carrasco* ou *charrasvacal*, *capão*, *capoeira*, *campos* e *serras*.

Nas partes baixas da comunidade estão os brejos, as vargens, próximas aos cursos d'água, como o rio da Raiz, o Andrequicé, e o córrego do Lajeado. Nas vargens os moradores de Raiz construíram suas casas e quintais.

A área de brejo sempre é uma área molhada, mesmo com a seca ou chuva, *o brejo vai estar sempre molhado. Andar por ele é pisar em água. Os animais passa e atola, é preciso cercar*. Saltou o córrego, ali é brejo, terra preta e atoleiro.

Vargem é uma terra fresca, pode plantar milho, feijão, cana e fazer a horta. Dá na Vargem *Jurubebinha*, *tiozinho*, *canela de perdiz*, *beijo de boi*, *chapéu de couro*, *cavalinha*, *carqueja* e *sentela asiática*.

Os morros são muito importantes para a comunidade de Raiz. Os *morros Dois Irmãos* predominam no horizonte e na imagem mental que temos do nosso território.

Tem ainda o carrasco (Charrasvacal). É um mato ralo. Costuma ter uma mancha de carrasco na terra também. *Canelinha* é a planta que predomina nesta área.



TRANSFORMAÇÕES RECENTES:

Alterações no sistema agrícola, operando com escassez de recursos

O território tradicionalmente ocupado foi ficando reduzido com a chegada de empresas e fazendeiros que se dedicam principalmente, ao monocultivo de eucalipto, criação de gado ou mineração. Como moradores de Raiz, com as restrições impostas, fomos obrigados a adaptar o sistema agrícola, a buscar alternativas para lidar com a escassez de terras e restrições ao uso do território pelos comunitários. Porteiras e trancas foram colocadas dificultando acesso aos campos como Capão Redondo e à Coivara restringindo o extrativismo e manejo dos ambientes nativos. A coleta de sempre vivas, botões, frutos e folhagens ficaram restritos, bem como de plantas medicinais e alimentares como a *imbaúba*, *araticum*. O avanço de empreendimentos sob nosso território afetou o extrativismo que é tão importante no nosso sistema agrícola. Muitas mudanças são perceptíveis como a redução dos campos de flor, de plantas nativas medicinais, alimentares e das águas, pois o bioma nativo foi substituído por eucalipto e pastagens.



Principais impactos de empreendimentos, como os monocultivos e mineração:

- Os brotos d'água secaram, como o do Quati. Muitas nascentes foram extintas, o que resultou na diminuição da oferta de águas na região. Os brejos secaram, e a variedade de flores que diminuíram, como a *sedinha*, *jazida*, *pimentinha*, *estrela*... *No Brejão a água não tá correndo...*
- As famílias ficaram sem áreas para os roçados e se viram obrigadas a produzir alimentos nos espaços reduzidos dos quintais. Nas últimas décadas nos vimos desafiados a recriar o sistema agrícola e a adotar novas práticas para driblar a escassez de espaço, já que a população do Quilombo aumentou nesse período.
- A criação de gado foi reduzida, e, com isto, a riqueza alimentar, dificultando também o trabalho, sem auxílio de animais, bovinos, equinos e muares.
- Com a redução dos campos de flor, a comunidade passou a investir mais no extrativismo de espécies de menor valor, como os botões e o molambo.
- Foi reduzido o extrativismo do Cerrado nativo (alimentos e medicinais), como do esterco, da lenha e de madeira para uso doméstico nas construções. Hoje é preciso comprar madeira para as construções novas.
- As flores ornamentais, que eram abundantes, hoje estão escassas. São poucos os campos manejados e a saída foi nos dedicarmos ao artesanato, para agregar valor ao que ainda se consegue apanhar de flor nos campos.

O QUE NOS AMEAÇA E O QUE QUEREMOS?

Nossos pactos comunitários

Queremos nosso território quilombola titulado, com garantia de acesso e livre uso para toda a comunidade. Atualmente, as principais ameaças ao acesso e uso do nosso território são os empreendimentos de eucalipto e minerários que se apropriaram e cercaram o nosso território. Isso comprometeu a coleta das flores sempre-vivas, o manejo tradicional das roças e do gado e a coleta de plantas para uso medicinal e alimentar. Tudo isso impacta na manutenção das nossas fontes de renda e de nosso sustento, além de comprometer a reprodução física e cultural da comunidade.



PACTOS COMUNITÁRIOS DO QUILOMBO DE RAIZ

Por estarem inseridos dentro de um protocolo biocultural, os nossos pactos comunitários têm a principal função de promover a defesa de nosso território, da biodiversidade associada a ele, dos nossos usos, costumes e conhecimentos tradicionais.

Esses pactos revelam como utilizamos e cuidamos do nosso território e de toda a biodiversidade nele existente, desde as gerações passadas até as gerações atuais. Através de nossas práticas tradicionais preservamos as águas, os campos, as matas, a diversidade de plantas alimentares, medicinais e de flores sempre-vivas. Isso é importante porque dependemos do território vivo para garantir a nossa subsistência, nossa fonte de renda e a reprodução física e cultural da comunidade.

Nossos pactos comunitários também se referem a alguns combinados atuais, necessários ao cuidado coletivo com a comunidade, além de medidas para o futuro, que pretendemos perseguir e alcançar. É fundamental que eles sejam respeitados por todos os agentes externos, pesquisadores, órgãos e entes do estado, inclusive os órgãos ambientais, e sujeitos privados, como empresas farmacêuticas, de cosméticos, de mineração, empreendimentos de eucalipto, fazendas, entre outros. Esses agentes constantemente ameaçam o acesso ao nosso próprio território e conhecimentos tradicionais associados as nossas práticas tradicionais.

Importante mencionar que esses acordos foram definidos em reuniões coletivas, com a participação de toda a comunidade, mulheres, homens, pessoas idosas, jovens e crianças. Estes acordos não excluem ou reduzem outras regras e direitos, mas são instrumentos voltados ao reforço dos direitos da comunidade, especialmente ao direito a consulta prévia, livre e informada.



- **Como definir quem é e quem não é da comunidade?**

Fazem parte da comunidade todas as pessoas que lá nasceram e são moradores, isto é, os descendentes de “Pai véio” e “Mãe véia”. Também fazem parte da comunidade os descendentes que foram morar ou nasceram fora, mas que mantem um vínculo de pertencimento com a comunidade e a identidade quilombola. Os agregados também fazem parte do núcleo comunitário, desde que se sintam pertencentes à cultura quilombola e das apanhadoras de flores sempre-vivas, e que respeitem os acordos e a história e o modo de vida tradicional da comunidade.



- **Como nossas decisões são tomadas e quem deve cumprí-las?**

As decisões são tomadas por todos e todas que moram no Quilombo de Raiz, mulheres, homens, pessoas idosas, jovens e crianças, em reuniões coletivas. Os mais velhos têm o poder de fala e devem ser respeitados. Também podem participar das decisões os descendentes de “Pai véio” e “Mãe véia” que nasceram ou foram morar fora, mas possuem vínculo de pertencimento e que se identificam com a identidade quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas. E que tenha participação efetiva nas reuniões comunitárias.

Os agregados podem fazer parte da tomada de decisões, desde que se sintam pertencentes e respeitem à cultura do Quilombo.

Todos e todas que fazem parte do Quilombo deve cumprir as regras e decisões tomadas. Os acordos também devem ser respeitados pelos sujeitos externos, público ou privados.

• Dinâmica de funcionamento da comunidade

Aqui listamos algumas dinâmicas de funcionamento da comunidade, importantes para manter o vínculo e a harmonia social:



- As terras, casas e lotes somente podem ser vendidas ou doadas para moradores e para parentes/descendentes que mantenham o vínculo de pertencimento com o Quilombo, com a identidade quilombola, e respeitem todos os acordos comunitários;
- O padrão de construção, a arquitetura das casas e as demais construções devem ser semelhantes, seguindo o padrão já existente na maioria das edificações da comunidade. O projeto da obra deve ser apresentado para o Quilombo em reunião em assembleia, antes do início da obra. Sendo já proibido: a construção de dois ou mais andares, uso de vidro nas faixadas e muro;
- Preza-se pelo silêncio após às 22h;
- A construção de bares e venda de bebida alcoólica na comunidade são proibidas;
- A religião Cristã no Brasil é muito importante para a comunidade faz parte da organização social, e apoia as famílias, em seus usos e costumes tradicionais;
- A música é utilizada em práticas religiosas e os conhecimentos a ela relacionados são repassados de geração em geração, nas famílias. A comunidade também possui instrutores de canto e instrumental que repassam os conhecimentos musicais;
- A comunidade apresenta língua própria, originada e repassada a partir de seus ancestrais. Ela somente pode ser ensinada aos descendentes de Pai véio e Mãe véia;

- O artesanato é uma prática tradicional realizada por toda a comunidade e repassada de geração em geração, além de ser importante fonte de renda. Toda a comunidade deve preservar os conhecimentos tradicionais relacionados ao artesanato, a exemplo do artesanato ornamental, com fibras, madeira, tecido, crochê, etc, o que inclui a transmissão desses conhecimentos das pessoas mais velhas para os mais jovens apenas para os descendentes do Quilombo;
- A gerência do artesanato é feita pela comunidade, de forma coletiva e voluntária;
- O turismo é realizado de forma pontual, com o objetivo de receber turistas para conhecer a comunidade, sua culinária, artesanato e outros aspectos relacionados à cultura quilombola e da panha de flores sempre-vivas;
- O turismo de base comunitária pode ser realizado na comunidade, com a gestão pelos comunitários, desde que autorizado por toda a coletividade e pela associação respeitando os usos, costumes da comunidade e a dinâmica das famílias que irão receber os turistas.

• **Uso dos recursos naturais: os cuidados com os quintais**

O manejo tradicional dos quintais sempre foi realizado, desde as gerações antigas até as mais recentes, no entorno das moradias. Através do cultivo dos quintais garantimos a alimentação das famílias e de todo Quilombo. Também comercializamos o excedente de alimentos. Cultivamos além das hortaliças: plantas medicinais, frutos, condimentos e até um pouco de grãos. Cultivamos plantas de dezenas de espécies alimentares. Depois da restrição de acesso ao território, os quintais têm sido as áreas que garantem a segurança e soberania alimentar do Quilombo Raiz. Por isso, temos muitos



cuidados com nossos quintais e seu manejo. Temos os seguintes os acordos e pactos:

- Não jogar lixo nos quintais e nas ruas;
- É proibido o uso de agrotóxicos;
- Cuidado com o esgoto doméstico. A comunidade já busca implementar as fossas sépticas que fazem a decantação dos resíduos de forma que passem por uma biodigestão. A regra é adotar este tipo de fossa para que as antigas sejam substituídas;
- Privilegiar o uso de sementes crioulas;
- Cada família deve fazer o manejo dos resíduos orgânicos de seu quintal. Tudo vai para a compostagem ou alimentação animal. Os restos das hortaliças e da capina nós juntamos num canto e depois acrescentamos esterco de gado curtido;
- É preciso preservar a diversidade das plantas alimentares e medicinais, não comerciais, dos quintais, a exemplo do gondó, serralha, picão e beldroega;
- O cultivo dos quintais (o que inclui os alimentos, plantas medicinais, mudas e sementes) serve para o consumo da própria família, para a troca e doação entre a comunidade e também para vendas e doação para fora;
- É comum a prática do mutirão para o plantio das hortas, roças, construção e arrumação das casas.



• **Uso dos recursos naturais: o manejo das flores sempre-vivas**

O manejo tradicional das flores sempre-vivas é realizado há muitas gerações, desde os nossos antepassados até as gerações atuais, em campos de panha de uso coletivo da comunidade. Os principais campos de panha que historicamente foram manejados pela comunidade são: Capão Redondo, Carambola, Socapó, Berra Onça, Lagoa, Serra do Sapo, Canto da Serra, Funil, Pindaíba, Guariba, Morrão, Zé Raimundo, Campo do Otávio, Dois Matinhos, Quatis, Coivara, entre outros.



Hoje o acesso a alguns campos está dificultado e restrito, com uso de porteiros trancadas. Outro problema é a competição com pessoas que vem de fora e que não tem os cuidados com a conservação dos campos e com os manejos adequados, como colher na época que as flores já amadureceram, evitar o arranque de raízes, deixar o restolho para garantir as sementes, entre outros.

É preciso garantir os manejos adequados que são conhecimentos tradicionais e os cuidados para conservação dos campos e do Cerrado das nossas serras.

Antigamente também realizávamos a coleta de flores em campos que hoje não temos mais acesso, por conta da apropriação e cercamento por particulares estranhos à comunidade. **Reivindicamos o direito de voltar a utilizá-los e fazer o manejo tradicional do fogo.** São eles: Vargem da Raiz, Vargem da Pedreira, João Ribeiro, Vargem dos trinta réis, Vereda, Vale da Guariba, Capela Velha, Gurutubas, Campo no Rio Pardo, etc.

Todos os moradores da comunidade têm o direito de realizar a panha de flores, seguindo os usos e costumes tradicionais. Quem é descendente de “Pái véio” e



“Mãe véia” e mora fora da comunidade, mas possui vínculo de pertencimento, também tem o direito de realizar a coleta de flores, desde que respeitem os acordos de panha.

A comunidade panha flores sempre-vivas, frutos secos, folhas, cipós, entre outros, o ano inteiro. Cada flor em sua época específica. Entre elas **a sedinha/capim dourado, jazida, estrela, sempre viva, botão amarelo ou espeta nariz, carrapicho.**

Ainda temos espécies importantes como: Congo-nha e botão branco (janeiro); a pimentinha (fevereiro); sempre viva, botão camisa (abril-maio); Bicudo, perpétua, cabeça de véio, guarda-chuva (maio-junho); marcela branca e marcela amarela (junho e julho); cabeça de nego, canguçu, carrapatinho (julho); botão prata, gigante, olho de gato (julho - agosto); molambo, musgo, capa de coco, verde amarela, espeta joelho (ano todo).

• **Cuidados necessários para a perpetuação das flores (espécies):**

- A panha das flores somente pode ser realizada na época certa, depois que estão maduras (já produziram sementes). Evitamos panhar as flores ainda verdes (novas), ou já muito velhas, pois perdem a qualidade e o preço;
- É necessário deixar as sementes nos campos, através dos restolhos. Não se pode e nem deve colher todas as flores;
- Na panha das flores é preciso preservar a integridade das plantas, as raízes não podem ser arrancadas. Para isto, é preciso respeitar a época certa e a forma de panhar. Não se deve puxar muitas flores ao mesmo tempo;
- Na panha do capim dourado e da maioria das flores, é preciso que as sementes colhidas sejam devolvidas ao campo. No caso do capim dourado é preciso dispersar as sementes antes de semear, para que não germinem em touceiras;

- Algumas espécies como a estrela e botão amarelo, pimentinha, ocorre a rebrota - depois de 15 a 20 dias elas dão nova colheita. No caso da estrela, pode dar até três colheitas, respeitando o tempo da rebrota;
- A comunidade já fez experimentos de plantios, principalmente do capim dourado/sedinha, e vê a importância de pensar em projetos para continuação da prática pela comunidade.

• Manejo do uso controlado do fogo nos campos de flor

- O manejo tradicional do fogo nos campos de panha, somente pode ser realizado após as primeiras chuvas, do período das águas, que tem início geralmente em agosto, setembro e outubro. A terra deve estar mais úmida. Desta forma o fogo não espalha facilmente e passa rápido, por cima sem queimar as raízes e sementes que ficam na terra. “Não afeta o que está na pele da terra”.
- O fogo deve ser manejado em dias sem ventos para que não alastre para as áreas de matas e nascentes de águas.
- É importante procurar horários de temperaturas mais frescas, de tardinha com o sol baixando e esfriando;
- O fogo deve ser manejado anualmente em áreas com muitas espécies de capim, para evitar que criem camadas espessas, pois estas demoram a queimar e assim atingem as raízes e sementes e a riqueza da terra. Se não queimar, o capim abafa as flores, forma um “batume”, uma parede, que não deixa as flores sobressaírem;
- Deve permanecer o acordo do mutirão para manejo tradicional do fogo tendo sempre como orientação os saberes dos mais velhos. Como fazer um aceiro em torno da área a ser manejada: o aceiro é feito com um jerico, enxadas e quando tem muita gente com o próprio fogo que vai sendo apagado formando a faixa do aceiro. Os aceiros geralmente são de 2 metros de largura ou um pouco mais;
- Aceiros devem evitar que o fogo atinja matas, capoeiras, nascentes, cabeceiras, mananciais, plantações, quintais e pastos cultivados;
- O ideal é queimar anualmente. Dependendo da população de plantas e densidade de capins, a queima acontece de dois em dois anos.

• **Uso dos recursos naturais: o manejo das roças de toco**

As nossas roças tradicionais, chamadas de roça de toco, foram cultivadas toda a vida, nas regiões da Capoeira Grande e Leonora, onde se plantava feijão e milho em consórcio com outras espécies como mandioca e abóboras. Depois que nosso território foi apropriado e cercado por pessoas que vieram de fora, não pudemos mais realizar o plantio, mas reivindicamos o nosso direito de cultivar as roças. Hoje só duas famílias fazem roçados, devido à falta de área disponível. A pouca área que temos é de muita pedra.

O manejo tradicional das roças deve ocorrer conforme os usos e costume dos antigos: primeiro faz a roça com machado e foice, cortando as plantas de porte pequeno, preservando as árvores e plantas importantes, juntando as aparas, formando as coivaras, que depois de secas, se passa um fogo rápido, tomando cuidado para ele não se alastrar e não ultrapassar os aceiros que são feitos. O fogo deve ser manejado nas horas mais frescas do dia, evitando dias com ventos fortes. Isto é feito antes das primeiras chuvas, mas o fogo fica restrito às coivaras (que devem ser contornadas de aceiros), evitando que se alastrem. Para isto, é necessário um bom número de pessoas, para controlar o fogo todo o tempo, em dias e horários sem vento.

Depois fazemos a destoca, que é a retirada de algumas raízes. Em seguida vem a semeadura de milho e feijão, e plantio de abóboras, quiabos, batata doce, mandiocas, entre outras.

É preciso deixar as plantas úteis alimentares e medicinais e as madeiras de lei. O roçado é repetido por três a quatro anos seguidos. Depois a área entra em pousio. Este pousio varia com a velocidade da regeneração da mata, geralmente 7 a 8 anos. A terra somente volta a ser utilizada depois que a mata regenerar.

A comunidade pretende retomar o manejo tradicional das roças como era antigamente.

Hoje, como as áreas para roçados são muito restritas, o pousio é feito em parcelas dentro do próprio roçado. Estas ficam sem plantio, por alguns anos, para a terra descansar. Manejamos os ciscos das capinas, em leiras, para virar adubo para a terra.

- **Uso dos recursos naturais:
o manejo de animais de
grande porte, bovinos e
equinos de raças resistentes
(pé duro).**

O manejo tradicional de animais (bovinos e equinos) sempre foi realizado, desde as gerações antigas até as mais recentes, mas ficaram muito difíceis depois das restrições impostas no uso do território, sem acesso às pastagens nativas. São apenas 4 famílias que ainda tem seu gado e seus cavalos.



É preciso ter alguns cuidados nesse manejo:

- É preciso manter, em média, dois animais bovinos ou um equino por hectare em pastagens nativas. Cavalos danificam muito o pasto, pois arrancam as raízes das plantas. Pasto para cavalo tem que ser maior, precisam do dobro da área. Já os burros comem menos;
- Evitar que o gado e os cavalos alcancem as áreas de cabeceiras e nascentes. As nascentes devem ser protegidas;
- É possível fazer a solta coletiva de animais nas pastagens, fazendo duas ou três mangas (áreas cercadas que são utilizadas em rodízio). Os animais ficam numa área de pasto cercado e quando o pasto ficar mais ralo, passam para outra manga enquanto a primeira fica recuperando;
- Os animais pé duro resistem mais na pastagem e território de pastos nativos de capim comum do morro e capim meloso, que dá um leite bom. Nos pastos cultivados semeamos, *provisório*, *braquiária*, *andropogon*, plantamos cana e *colonião*, que são cortados e ensilados, ou servidos picados para o gado.

• **Uso dos recursos naturais: os cuidados com as matas e as águas**

Os cuidados com as matas e águas são importantes para a preservação de nosso território e manutenção de nossas práticas tradicionais, bem como para a reprodução física e cultural da comunidade. Nossos principais cuidados são:

- Não jogar lixo e esgoto nas bacias (rios, riachos, nascentes, águas em geral). Nossas principais bacias são: Córrego do Lageado, Trinta Réis, Córrego da Raiz, Caramujo, etc;
- Não realizar e nem permitir qualquer uso de fogo nas nascentes e cabeceiras;
- Não roçar a mata nas regiões de cabeceira/nascentes e nas margens de rios;
- Não deixar o gado pastar em regiões de cabeceira/nascentes;
- O esgoto doméstico deve ser tratado em fossas sépticas;
- Preservar as áreas de recargas d'água, sobretudo os entornos das nascentes;
- Não fazer o uso do fogo em tempo seco;
- Não colocar fogo nas matas que estão em domínio da comunidade (que são poucas) e estão beirando o rio de um lado. Com a restrição do território as matas reduziram demais;
- O corte de madeira nativa somente pode ser realizado quando ela estiver madura e para o uso interno da comunidade, como por exemplo, na construção das casas e para o artesanato. Importante observar se tem filhotes no entorno, para garantir a perpetuação das espécies. O corte quando feito, deve ser de forma a permitir a rebrota, e na época certa (período de maio a agosto e na lua minguante);
- Preservar as espécies nativas que são utilizadas pela medicina e alimento, como por exemplo: *pequi, panã, cagaita, jatobá, mangaba, gabioba, araquá, jabuticaba-do-mato, chapéu-de-couro, pacari, cervejinha-do-campo, calunga, carqueja, velame, sangue-de-cristo, canela-de-velho, sucupira, barbatimão, etc.*



QUAIS DOCUMENTOS E LEIS TRATAM DE PROTOCOLO BIOCULTURAL

Veja as principais normativas no Brasil e fora que tratam dos Protocolos Bioculturais.

Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)

A Convenção sobre Diversidade Biológica tem como objetivo proteger todas as formas de vida — plantas, animais e microrganismos — e os ambientes onde elas existem.

Ela estabelece que o uso dos conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo da biodiversidade, seja pelo Estado ou pelo mercado, só pode ocorrer com a consulta prévia aos povos que detêm esses saberes, em conformidade com o art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002 e promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004, atualmente em vigor pelo Decreto nº 10.088/2019.

A CDB também reconhece como essencial que os benefícios obtidos a partir do acesso aos conhecimentos, práticas e formas de manejo sejam repartidos de maneira justa e equilibrada. Além disso, garante que o acesso aos recursos genéticos e a transferência de tecnologias ocorram de forma adequada e respeitosa, levando em conta os direitos dos povos e comunidades sobre tais recursos e tecnologias.

O artigo 8 letra j determina que cada país: “Em conformidade com à sua legislação nacional, respeite, preserve e mantenha o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, e promova sua aplicação mais ampla, com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas e incentivar a repartição equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de tais conhecimentos, inovações e práticas”.

No artigo 15, a Convenção estabelece que cada país tem o direito de decidir sobre o uso dos recursos genéticos que estão em seu território, e que o acesso a esses recursos só pode ocorrer com autorização prévia do país ou da comunidade que os

detém, por meio de acordos justos e claros. Quando há pesquisas ou exploração comercial desses recursos, os povos e comunidades devem ser consultados, participar do processo e, de preferência, isso deve acontecer em seus próprios territórios. Além disso, os benefícios gerados – como dinheiro, conhecimento ou tecnologias – devem ser compartilhados de forma justa e equilibrada com quem fornece os recursos.

A Convenção da Diversidade Biológica estabeleceu os requisitos de consulta livre, prévia e informada e a elaboração de termos mutuamente acordados com os detentores do conhecimento tradicional como condição para acesso e uso desse conhecimento por sujeitos externos.

Em 1998 o Brasil promulgou a Convenção sobre Diversidade Biológica através do Decreto Federal nº 2.519. Com Estado-Parte, o país deve obrigatoriamente cumprir o que está estabelecido nesse ordenamento jurídico internacional.

Lei nº 13.123/2015

Já no plano interno, o Brasil aprovou a Lei nº 13.123/2015, que vem para regulamentar a Convenção da Diversidade Biológica no país. A Lei versa sobre o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados e o estabelecimento dos protocolos comunitários como instrumentos jurídicos criados no âmbito da organização e comunidades dos povos indígenas e tradicionais. A regulamentação da Lei ocorre posteriormente por meio do Decreto nº 8.772/2016.

A Lei 13.123/2015 reconhece formalmente os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (art. 2º, incisos II e IX) e garante a proteção dos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais contra a utilização e exploração ilícita (art. 8º). A necessidade legal de obter consentimento prévio informado para acesso a conhecimentos tradicionais (Lei 13.123/2015, art. 9º). A comprovação do consentimento prévio informado que pode ocorrer, a critério da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, pela adesão, entre outras formas, na forma prevista em protocolo comunitário (Lei 13.123/2015, art. 9º, §1º, IV).

A Lei nº 13.123/2015 define protocolo comunitário como norma procedimental das populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios. Um protocolo biocultural documenta a vontade da comunidade e pode ser usado como evidência legal em disputas ou processos administrativos. O respeito às formas próprias das comunidades de expressarem esse consentimento — o que é exatamente o papel dos protocolos comunitários bioculturais — é essencial em situações práticas, como quando uma empresa farmacêutica deseja desenvolver um medicamento a partir de conhecimentos sobre plantas medicinais; quando empresas de cosméticos buscam criar novos produtos inspirados nos saberes tradicionais; quando empresas de sementes utilizam informações sobre plantas, sementes e flores para desenvolver espécies modificadas; ou ainda quando pesquisadores acessam esses conhecimentos sem autorização e acabam subsidiando empresas na formulação de mercadorias.



O TERRITÓRIO, NOSSOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, NOSSA VIDA

*“O território da gente vai até onde não se avista,
mas a memória alcança”*

O vínculo com os lugares e com o saber que o nomeia permite a expressão desta territorialidade própria de Raiz, como um código.

Nós refletimos sobre a transformação dos ambientes manejados por nós, e os impactos nas práticas tradicionais. No sistema agrícola tradicional de Raiz, o acesso e uso dos campos, capões e matas são de fundamental importância pois é onde realizamos as atividades complementares, o extrativismo de recursos vegetais usados como alimentos, plantas medicinais, ornamentais e a agricultura, manejo de roças de toco e pastagens nativas para o gado. Estes ambientes fazem parte da vida da nossa comunidade.

O Capão Redondo hoje está rodeado de eucalipto, lá era a fonte principal de coleta de flor, todo dia nós tava lá. Todo lado aí, dá colheita, no meio do Tabuleiro ali dá bituca, dá perpétua, dá remédio também.

No Capão Redondo tem terra melhor, tem terra massapé, como na sede lá. As flores são as mesmas, capim dourado, espeta nariz, botão bituco, olho de gato, jazida, saia dourada.

Terra de cultura, terra de roça: Leonora e Capoeira Grande. O que a gente fala é isso, não precisa muita coisa, ficar adulando a terra. Se plantou na época certa do ano, o trabalho é plantar e capinar.

Leonora, Capoeira Grande, Carambola, Mané do Socapó que tá abaixo de Capão Redondo, é próximo um do outro, tudo foi batizado e foi manejado por nós.

Todos os nossos conhecimentos tradicionais apresentados pelos comunitários ao longo do processo de elaboração deste Protocolo Biocultural só fazem sentido a partir de seus usos pelo grupo. **É na dinâmica do cotidiano que estes saberes são transmitidos.**

Uma diversidade de espécies de plantas, frutos e sementes fazem parte do nosso cotidiano e saberes tradicionais. Os números abaixo mostram como nossa comunidade tem relação com uma grande biodiversidade. Essa relação é de conhecimento, dependência e de preservação destas espécies.

Lista de espécies cultivadas e manejadas pela Comunidade de Raiz	Número
Espécies de frutíferas de quintais e roçados	26
Espécies de grãos e hortaliças, tubérculos (alimentos)	46
Espécies alimentícias nativas	11
Espécies medicinais e condimentares cultivadas em hortas e quintais	36
Espécies medicinais e condimentares nativas conhecidas, manejadas.	59
Espécies de frutos nativos conhecidos manejados	19
Espécies de madeira manejadas	13
Espécies de animais criados	14
Espécies de flores sempre vivas	10
Espécies de botões ornamentais	41
Espécies ornamentais frutos secos e outras partes	28
Espécies ornamentais folhas folhagens	41
Espécies ornamentais – caule, bainha, engaço são comercializados	13

O Protocolo Biocultural de Raiz fortalece os direitos costumeiros e protege a memória viva da comunidade, garantindo que os conhecimentos tradicionais e o uso sustentável da biodiversidade continuem a florescer no tempo e no território.

Protocolo Comunitário Biocultural da Comunidade Quilombola e Apanhadora de Flores Sempre-Vivas Raiz

Realização:

**Comunidade quilombola e apanhadora
de flores sempre-vivas de Raiz**



Assessoria:



Apoio:

